

Educação Musical e Deficiências: A Inclusão no Ensino Regular numa Escola de Pelotas - RS

Andréia Lang

Universidade Federal de Pelotas
andreaslang@gmail.com

Resumo: No decorrer dos anos, várias leis sobre inclusão foram criadas. Mais recentemente no ano de 2015 no Brasil, foi criada a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”. A partir disso, várias situações foram encontradas, apresentando-se com o tempo várias oportunidades de experiência dentro de escolas de ensino regular. Essas experiências trouxeram consigo o desafio de se trabalhar dentro de uma mesma sala de aula com alunos com deficiência e alunos típicos, gerando assim o questionamento a respeito de como incluir ambos os alunos dentro de uma sala de aula do ensino regular nas aulas de música. Assim surgiu essa pesquisa, que está atualmente em andamento e em fase de análise de dados, que buscou investigar como se dá ou não a inclusão nas salas de aula e de que maneira ela é trabalhada com os alunos. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, que durante a escrita deste trabalho ainda estava acontecendo, acompanhada de uma entrevista com um professor de música da turma que foi investigada. Os resultados ainda não foram definidos e a pesquisa ainda está em fase de escrita. Estão sendo utilizadas como base as autoras FINK (2012, 2017), e LOURO (2015, 2017), bem como outros autores que estão sendo conhecidos durante este trabalho e que possam vir a ser relevantes.

Palavras-chave: Inclusão, educação musical, ensino regular.

Introdução

A exigência da inclusão de alunos com deficiência em sala de aula teve início com a criação de legislações, no século XX, que garantiam igualdade e inclusão, criando propostas de aplicação dentro do campo da educação. Sendo assim, Finck (2016) afirma que,

Na década de 1990, defensores dos direitos dos deficientes fizeram lobby para estender essas mesmas leis para as pessoas com deficiência, o que ocorreu com efeitos positivos sobre as ações da sociedade, das escolas, dos professores e dos alunos com a condução para um movimento de inclusão em que, aos indivíduos com deficiência, foram oferecidos maiores direitos e integração na sociedade (FINCK, 2016, p. 25).

No ano de 1981 foi criada a declaração de Sundberg, em 1994 a Declaração de Salamanca e Linha de ação, em 2000 a Declaração Mundial de Educação para Todos nas Américas, e mais recentemente no Brasil foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência, no ano de 2015, “destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (FINCK, 2016 p. 25).

Viviane Louro (2015), em seu trabalho “Educação Musical Inclusiva: desafios e reflexões”, comenta que estamos vivendo o paradigma do suporte, que exige a criação de meios que possibilitem a participação de todas as pessoas, em especial, as com deficiências, em todos os âmbitos sociais com o máximo de autonomia. A proposta do paradigma de suporte é que

[...] todos os estabelecimentos públicos e privados precisam estar aptos a receber todos os tipos de pessoas, ou seja, a sociedade precisa oferecer suporte para que todos possam usufruir de todos os benefícios e campos sociais. Isso indica acessibilizar bibliotecas, parques, mercados, restaurantes, museus, hospitais, clubes, teatros, escolas, enfim, todos os lugares [...] ou seja, o paradigma de suporte prega o respeito à individualidade das pessoas e uma sociedade que ofereça as mesmas oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas questões físicas, cognitivas ou comportamentais (LOURO, 2015, p. 34).

Finck (2016) diz que, a partir dessas políticas de atendimento a pessoas com deficiência no contexto educacional brasileira, não se pode ignorar a realidade da inclusão desses alunos no contexto da escola básica, e cita Finck (2016) que,

[...] para um avanço das propostas pedagógicas, as políticas oficiais que defendem a integração dos alunos com deficiências na escola básica, embasadas pelos discursos de igualdade de condições e oportunidades, identidade com os demais alunos e pleno desenvolvimento cognitivo, social e cultural, devem focar, também, as questões de formação dos profissionais envolvidos (FINCK, 2016, p. 24).

Significa então que não basta apenas querer incluir alunos com deficiência em sala de aula, é preciso também preparar os professores para receber esses alunos em suas salas. LOURO (2015) diz que os principais fatores a serem estudados são as pessoas e o modo como elas aprendem, seu desenvolvimento motor e emocional e, também, seus problemas de aprendizagem, tudo isso sem esquecer é claro de estudar música, metodologias, abordagens diferenciadas, estratégias pedagógicas e psicologia cognitiva.

Levando em conta o trabalho inclusivo nas salas de aula de música, é necessário ainda que o professor saiba os aspectos físicos, cognitivos, psíquicos e comportamentais do aluno com deficiência, para que desse modo o trabalho possa ser democrático. LOURO (2015), ainda nos lembra que:

Ainda existe muito preconceito em relação à música para surdos, falta de pesquisas e metodologias musicais diferenciadas para o ensino de pessoas com deficiência intelectual ou autismo e dificuldade em encontrar pessoas que adaptem instrumentos musicais para deficiência física (LOURO, 2015, p. 42).

Poucos são os lugares onde ocorre uma educação realmente inclusiva, que possuam tanto alunos com deficiência quanto alunos sem deficiência e o ensino é difundido da mesma maneira. Na Universidade Federal de Pelotas, o curso de Música modalidade Licenciatura possui o LAEMUS – Laboratório de Educação Musical, que ministra o projeto de Musicalização de Bebês e o Projeto de Musicalização Infantil, dos quais eu participo. Ambos projetos trabalham com alunos autistas, alunos com Down e mais atualmente, alunos com paralisia cerebral, e alunos típicos. Como forma de auxiliar no trabalho com inclusão, nós, monitores do projeto participamos do Grupo de Estudos em Educação Musical e Inclusão.

Outra experiência inclusiva da qual participei foi durante a disciplina de Orientação e Prática Pedagógico-Musical, que visa como o próprio nome já diz orientar os alunos da graduação em suas práticas pedagógicas dentro da escola. Nela, houve um primeiro contato com alunos com deficiência a partir do trabalho com alunos com deficiência visual em um centro especializado na educação desses alunos, local esse que possuía muitos recursos e materiais adaptados para a realização do trabalho, bem como professores especializados. Durante essa experiência, a oportunidade da criação e pesquisa de atividades voltados a alunos com deficiência visual, despertou o desejo de conhecer mais a respeito da deficiência aprofundando mais sobre os temas inclusão e música, bem como de musicalizar alunos que a possuem.

Foi durante a disciplina de Estágio II, no sexto semestre da faculdade, que a experiência da aplicação de aulas para uma turma do 5º ano do ensino fundamental que possuía vinte e cinco alunos e contava com um aluno autista e uma aluna com grandes

dificuldades de aprendizagem, que deu a certeza da necessidade do trabalho de pesquisa, pois durante as aulas esses alunos ficaram de lado e não participaram das atividades.

A partir das minhas vivências em sala de aula nas disciplinas e nos projetos de extensão da Universidade Federal de Pelotas, surgiu o questionamento sobre como ocorre a inclusão de alunos com deficiência dentro do ensino regular nas aulas de música, nas escolas municipais da cidade de Pelotas? E percebi a importância dessa temática para meu trabalho de conclusão de curso.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho de pesquisa é investigar com se dá (ou não) a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do sistema regular de ensino de uma escola pública do RS. Essa pesquisa buscará investigar como professores de música trabalham com esses alunos e quais as maneiras que eles encontraram para incluí-los em suas aulas. O trabalho de Fantini e et al (2016) buscou catalogar os trabalhos sobre educação musical e inclusão existentes até o ano de 2016, e a partir de sua pesquisa, os autores afirmam que:

[...] é penoso reconhecer o quanto ainda falta para se compreender as especificidades de cada deficiência por parte dos profissionais da educação, entre eles, os da educação musical, e compreender como há pouco investimento em trabalhos consistentes que venham contribuir para ampliar as facilidades comunicativas e informativas (FANTINI, JOLY e ROSE, 2016, p. 51).

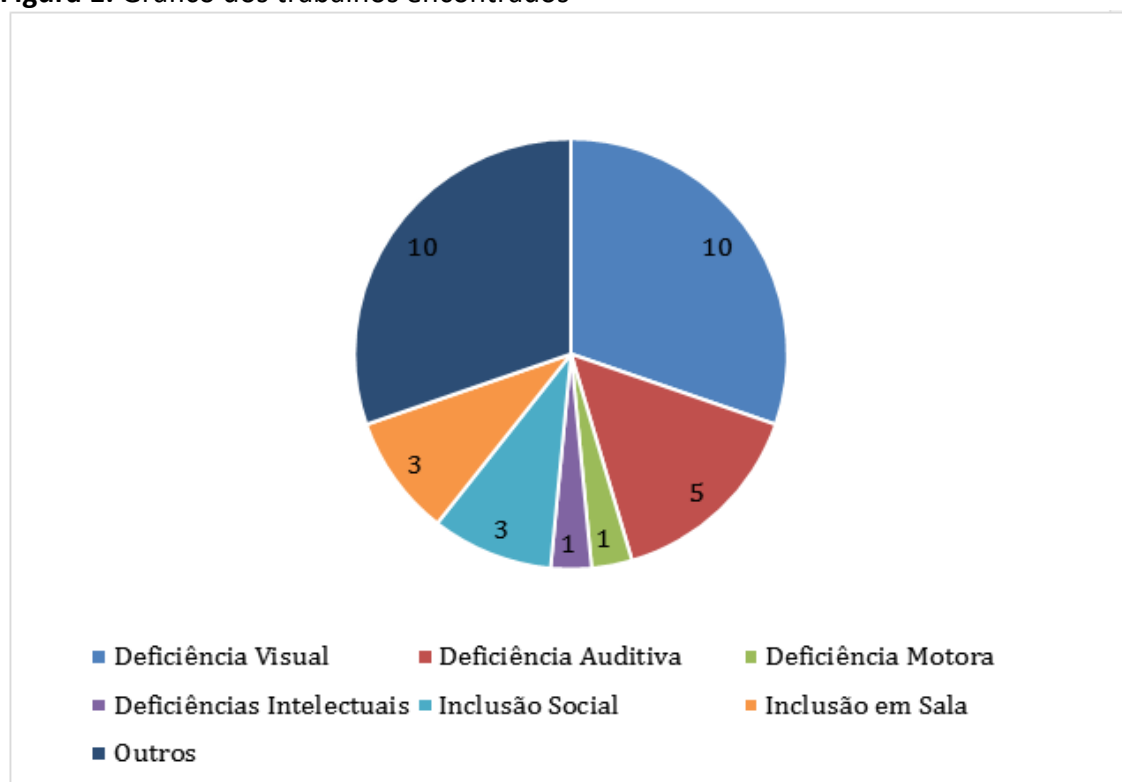
Percebendo assim o déficit de trabalhos e pesquisas nessa área, considerei a importância em obter mais conhecimentos a respeito desse assunto. Ao buscar dados sobre a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música do ensino regular, poderá ser feita uma análise de como se dá esse trabalho e as dificuldades encontradas, procurando aprimorar os meios de inclusão em sala de aula. Assim sendo, esta pesquisa busca contribuir na formação de educadores mais preparados para trabalhar com alunos deficientes em suas salas de aula.

Revisão de Literatura

Com a finalidade de conhecer mais trabalhos sobre esta temática, fiz uma revisão nos seguintes bancos de dados: anais da ABEM Nacional e da ISME a partir de trabalhos

realizados nos últimos 3 anos. Utilizei os descritores: “Educação Musical Especial”, “Educação Especial”, “Deficiência”, “Inclusão”, “Necessidades Especiais”, “Surdos”, “Cegos”, “Autismo”, e seus derivados. Foi possível perceber uma gama de trabalhos voltados especificamente para cada uma das deficiências e de como trabalhar com alunos individualmente, mas poucos dados sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares como veremos no gráfico a seguir:

Figura 1: Gráfico dos trabalhos encontrados



Fonte: Arquivo Pessoal

Nos Anais da ABEM Nacional do ano de 2015, foram encontrados 10 trabalhos, sendo uma gama muito grande de trabalhos voltados especificamente para a deficiência visual e musicografia braile. Encontrei apenas um trabalho voltado para a inclusão em sala de aula de alunos com deficiência.

Enquanto isso, na ABEM Nacional de 2017, de doze trabalhos encontrados, sete falavam sobre assuntos relacionados a capacitação de professores, adaptações em escolas

de música, valores humanos, etc., e apenas um trabalho trouxe um relato de experiência de alunos em estágio com alunos com deficiências numa sala de aula do ensino regular.

O último evento analisado foi a Conferência Regional Latino Americana da ISME - 2017. Nele foram encontrados um total de 11 trabalhos voltados em sua maioria para a deficiência visual, formação de professores e projetos sociais, sendo que não foi encontrado nenhum trabalho a respeito da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Sendo assim este levantamento pode mostrar que a maioria dos trabalhos são voltados para alunos com deficiência visual e para outras áreas de estudo de inclusão como a capacitação de professores, adaptação de escolas, bem como materiais e criação de disciplinas de inclusão nas universidades. Outros trabalhos tiveram como foco a deficiência auditiva e por último alguns trabalhos com foco na inclusão de alunos com deficiências em salas de aula do ensino regular.

A partir dos trabalhos analisados, destaco de Soler e Mendes (2015), que buscaram investigar como ocorre a inclusão de alunos com deficiência intelectual na cidade de Indaiatuba – SP. As autoras destacam que a produção sobre esse assunto ainda é pouca, e assim torna-se necessário “entender como o profissional de música, ou o profissional de Artes trabalha com conteúdos musicais na sala de aula inclusiva” (p. 5). O trabalho delas baseia-se em uma pesquisa com professores de música que lecionam a disciplina de música nas escolas de Indaiatuba – SP, sobre a forma como eles incluem alunos com deficiência intelectual dentro de suas salas de aula.

Já o trabalho de Silva e Almeida (2015), teve como objetivo “investigar as possibilidades e desafios da prática pedagógica desenvolvida por professores de música no ensino de crianças com deficiência e que estavam matriculadas em escolas regulares” (p. 1), seu campo de pesquisa foram alunos que possuíam qualquer tipo de deficiência (cognitiva, física ou outra). Os autores buscaram entender como os professores de escolas públicas trabalham com esses alunos e de que maneira eles buscam integrá-los (ou não) em suas salas de aula. Enquanto isso, Camelo, Oliveira e Silva (2017), discorrem sobre a necessidade da capacitação de professores de música para atuarem com esses alunos em suas salas de aula, visando também a importância do preparo de materiais adaptados também por parte da escola e o fornecimento de cursos de capacitação para os professores.

Já Nascimento (2017) e Schambeck (2017), escreveram breves relatos sobre aulas aplicadas com alunos de inclusão e as maneiras buscadas para incluir esses alunos em suas aulas, como adaptações e trocas de atividades. A professora Ana Viana (2017) trabalha em um projeto social que conta com diversos alunos com necessidades especiais, e em seu artigo ela explica como funciona seu trabalho de inclusão, contando um pouco das atividades que ela realiza e dando exemplos de como incluir os alunos. Segundo ela, para que o aluno se sinta acolhido são necessárias atividades que contemplem toda a sala, assim os alunos que não apresentam deficiência têm a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças. (VIANA, 2017, p. 16).

Inclusão em sala de aula: histórico, direitos e legislações

Breve Histórico da Pessoa com deficiência

Desde os tempos antigos, a pessoa com deficiência passou por situações de total exclusão e de extrema atrocidade a ponto de crianças que nasciam com alguma deficiência serem abandonadas a até mesmo sacrificadas. Os que conseguiram se salvar foram colocados em circos e hospícios ao crescerem, sendo caracterizados como aberrações e utilizados como formas de entretenimento (LOURO, 2012). ARANHA (1995), traz em seu relato “resumidamente, a reflexão sócio-histórica sobre a integração social do deficiente, atrelada à análise sobre a concepção de deficiência vigente em cada momento histórico”.

Na Antiguidade os indivíduos eram considerados sub-humanos e dependentes dos seus senhores, sendo as pessoas com deficiência largadas à própria sorte. No período da Idade Média, os indivíduos passam a ter sua sobrevivência dependente da boa vontade de famílias e da igreja, que os aceitava em troca de serviços.

Durante a Revolução Burguesa (XV e XVI), com a mudança do sistema de produção para o capitalismo, a visão sob a pessoa com deficiência passa a mudar, onde essas passam a ser vistas como improdutivas, que causam gastos à sociedade quanto a suas necessidades. Com o passar dos séculos e a fortificação do capitalismo, “os indivíduos passam a ser vistos como essencialmente diferentes, legitimando as noções de desigualdade, bem como os valores de dominação e do direito de privilégios aos produtivos e mantenedores do sistema.” (ARANHA, 1995 p. 4).

No século XIX, o fortalecimento do capitalismo inicia a necessidade da estruturação de sistemas de ensino e escolarização que formem cidadãos com a mão de obra necessária para a produção. A integração social do deficiente surge após as duas Grandes Guerras, pois o número de pessoas com deficiências mentais e físicas aumentava com os soldados que voltavam feridos, iniciando assim ações de suporte financeiro a programas de reabilitação para que eles pudessem voltar ao mercado de trabalho.

Direitos e Legislações

No Brasil, entre os anos de 1854 e 1868, o rei D. Pedro II criou três grandes organizações: o “Imperial dos Meninos Cegos” – 1854, o “Instituto dos Surdos Mudos” – 1857, e o “Asilo dos Inválidos da Pátria” – 1868. Já na primeira metade do século XX, foram criadas as primeiras legislações e entidades direcionadas à educação especial, que favoreciam as pessoas com deficiência (LOURO, 2012). Somente em 1981, foi declarado o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” pela Organização das Nações Unidas – ONU, que objetivava:

1. Ajudar os deficientes no seu ajustamento físico e psicossocial na sociedade;
2. Promover todos os esforços, nacionais e internacionais, para proporcionar aos deficientes assistência adequada, treinamento, cuidadosa orientação, oportunidades para trabalho compatível e assegurar a sua plena integração na sociedade;
3. Estimular projetos de estudo e pesquisa, visando a participação prática e efetiva de deficientes nas atividades da vida diária, melhorando as condições de acesso aos edifícios públicos e sistemas de transportes;
4. Educar e informar o público sobre o direito das pessoas deficientes de participarem e contribuírem nos vários aspectos da vida econômica, social e política;
5. Promover medidas eficazes para a prevenção de deficiências e para a reabilitação das pessoas deficientes (BRASIL, 1981).

Durante esse ano foram realizadas discussões, manifestações e protestos com o objetivo de buscar a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência. Ao se assumir que a pessoa com deficiência necessitava não só de serviços de avaliação e capacitação oferecidos no contexto das comunidades, mas também da garantia de acesso a todos os estabelecimentos e espaços da sociedade. Mas somente mais tarde, foi criado um

novo conceito em relação à inclusão, denominado “Paradigma de Suporte” (MEC, 2005). De acordo com Louro (2012):

O conceito baseia-se no pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos direitos disponíveis aos demais cidadãos. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que haja um suporte (social, econômico, físico ou instrumental), um meio que garanta o acesso a todo e qualquer recurso da comunidade (LOURO, 2012, p. 27).

Nesse ano também foi criada a Declaração de Sunderberg, que frisa em seu artigo 1º que todas as pessoas com deficiência devem ter completo direito em todas as áreas da sociedade. Com objetivos semelhantes, em junho de 1994 foi adotada na Espanha a Declaração de Salamanca e Linha de Ação, e a Declaração Mundial de Educação Para Todos nas Américas no ano de 2000.

A lei mais recente criada em nosso país é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, vigente desde o ano de 2016 e que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Esta se aplica a acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, barreira (obstáculo que limite ou impeça a participação social da pessoa), comunicação, adaptações razoáveis, elemento de urbanização, mobiliário urbano, pessoa com mobilidade reduzida, residências inclusivas, moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, atendente pessoal, profissional de apoio escolar e acompanhante.

A inclusão de alunos com deficiência na escola

Levando em conta os objetivos do projeto de pesquisa que procura compreender a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, cabe ressaltar que a legislação prevê em seu quarto capítulo, as obrigações dos sistemas de ensino e o direito à educação para as pessoas com deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, art 27).

Algumas das exigências estabelecidas nesse artigo são de que o Projeto Político Pedagógico - PPP, institucionalize o atendimento educacional especializado, para atender às características dos estudantes com deficiência. Isso significa garantir o pleno acesso dos educandos com deficiência ao currículo em condições de igualdade.

Para isso deverão ser elaborados planos de atendimento educacional especializado e acessível, adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores, oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado, formação de professores para atendimento especializado, intérpretes e guias, incluindo oferta de ensino de libras e braile.

Também precisam ser adotadas medidas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência em todos os ambientes, acesso à educação superior, profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições; e ainda, os processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, devem possuir atendimento preferencial, provas em formatos acessíveis e recursos de acessibilidade adequados, critérios de avaliação diferenciado considerando a singularidade linguística da pessoa com deficiência e tradução completa do edital em Libras.

Metodologia

Para a realização da pesquisa que busca investigar como ocorre a inclusão de alunos com deficiência dentro de uma sala de aula de música do sistema regular de ensino, foi escolhida a metodologia de estudo de caso. Segundo Gil (2002, p. 54), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

YIN (2001, p.21) ainda complementa que o estudo de caso “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. A unidade de caso escolhida é o estudo caso instrumental que:

[...] é desenvolvido com o propósito de auxiliar no conhecimento ou redefinição de determinado problema. [Nele,] O pesquisador não tem interesse específico no caso, mas reconhece que pode ser útil para alcançar determinados objetivos. Casos desse tipo podem ser constituídos, por exemplo, por estudantes do ensino fundamental numa pesquisa que tenha como objetivo estudar a aplicabilidade de métodos de ensino (GIL, 2002, p. 139).

Isto significa que nesta pesquisa, a observação uma turma de alunos que possui alunos com deficiência com o objetivo de analisar como – e se – ocorre a inclusão desses alunos dentro das aulas de música. Além disso, será realizada também como suporte a observação uma entrevista com o professor de música da turma para colher outras informações sobre a turma e sobre a inclusão de alunos com deficiência dentro dela.

Para a realização desta pesquisa foi escolhida uma escola de ensino fundamental da cidade de Pelotas – RS. A escolha se deu após contato com o professor da escola, egresso da UFPel, que disse possuir em sua turma de alunos um aluno com deficiência e abriu espaço em sua sala de aula para que fossem feitas as observações desta pesquisa. Após uma conversa com a Secretaria Municipal de Educação e a direção da escola, pode-se ter o contato com a turma de alunos para a realização das observações.

Até este momento foram realizadas três as observações e está marcada a entrevista com o professor. O encontro para a realização dessa segunda etapa da pesquisa será agendado conforme tempo, horário e local que o professor de música estiver disponível. Os dados da entrevista serão gravados com a permissão do entrevistado.

Após o término das observações e entrevista os dados coletados serão categorizados. Todos os dados serão organizados e classificados de acordo com as categorias de codificação. As categorias de codificação serão baseadas nas questões das entrevistas e de temas relevantes das observações, que emergirem durante a coleta de dados.

A análise dos dados será realizada posteriormente como uma interpretação iterativa, elaborando pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno estudado (LAVILLE &

DIONNE, 1999). Segundo os autores “o pesquisador interpretaria esses resultados em termos de evolução do discurso realizando inferências sobre a transformação das mentalidades e do contexto social que essa evolução traduz” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 226).

Considerações Finais

Durante a escrita deste trabalho a coleta de dados estava sendo realizada através das observações e entrevista que estão em andamento. Após a realização da coleta de dados será realizada a análise dos mesmos. Convém ressaltar que todos os participantes (professor de música e os alunos da turma) terão acesso às transcrições das entrevistas se necessário. Segundo STAKE (1994, p.100) “os atores desempenham um papel fundamental, tanto na direção como na representação. Ainda que sejam o objeto de estudo, fazem observações e interpretações muito importantes com regularidade e, em alguns casos, sugestões sobre as fontes dos dados”.

Como professora de música em formação, e já atuante em sala de aula, posso perceber o quão valioso tem sido este estudo e agregador de conhecimentos para a qualificação do meu trabalho. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas está aumentando, demonstrando a necessidade deste trabalho ser bem estruturado de forma que os alunos possam aprender e se desenvolver igualmente dentro de suas turmas.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio; **Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica**. Temas em Psicologia, número 2, 1995, pp. 6370. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

BRASIL. Presidência da República. **Comissão Nacional - Relatório de Atividades**. Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. 1981. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2018.

_____. Presidência da República. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, jul de 2015.

CAMELO, Jonas Ramos; OLIVEIRA, Helenice Aparecida de, SILVA, Alessandro Rezende da; Formação de professores para a prática de Educação Musical Inclusiva; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2017.

FANTINI, Renata; JOLY, Ilsa; ROSE, Tania. **Educação musical especial: produção brasileira nos últimos 30 anos**. REVISTA DA ABEM, Londrina, v.24, n.36, p36-54. Jan.Jun. 2016.

FINCK, Regina. **Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música**. REVISTA DA ABEM, Londrina, v.24, n.36, p23-35. Jan.Jun. 2016.

LAVILLE, C. e DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG/Artes Médicas, 1999.

LOURO, Viviane. **Fundamentos da Aprendizagem Musical da Pessoa com Deficiência**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Som, 2012. 296 p.

_____. Educação Musical Inclusiva: Desafios e Reflexões. IN: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baeta; **Música e Educação: Série Diálogos com o Som**. V.2. Barbacena: EdUEMG, 2015. p. 33-49.

_____. **EDUCAÇÃO MUSICAL E DEFICIÊNCIA: Quebrando os preconceitos**. Disponível em:

<https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/educacao_musical_e_deficiencia_quebrando_os_preconceitos.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

MELO, Guilherme Moreira de; LEOPARDO, Carla Eugênia; MELO, Amanda Meincke; Construção de materiais didáticos para um repositório voltado à Educação Musical Inclusiva; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2017.

NASCIMENTO, Sara Ellen Oliveira do; Parâmetros do som: aprendendo com inclusão na escola aplicação da UFPA; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2017.

SCHAMBECK, Regina Finck; Formação no contexto inclusivo: relatos de processos de pesquisa na iniciação à docência em música; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 23., 2017, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2017.

SILVA, Crislany Viana da; ALMEIDA, Cristiane Maria Galdino de; Uma análise da prática pedagógica de professores de música na perspectiva da Educação Inclusiva; CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2015.

STAKE, R. E. Case Studies. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Eds). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications, inc., 1994.

VIANA, Ana Célia de Lima; Estratégias e sugestões de atividades musicais para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na aula de música. CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA ISME, 11, 2017, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2017.